

## **CLIENTELISMO: A Arte de Enganar o Povo**

### **Aspectos (des)educativos da Ideologia Clientelista no Nordeste \***

**Arlete Pereira Moura da Costa \*\***  
**Luzéte Pereira \*\***

#### **APRESENTAÇÃO**

O reconhecimento da forte incidência do clientelismo no Nordeste brasileiro e a sua atenuação quando se trata das regiões mais desenvolvidas, localizadas ao sul do Brasil, se sustenta em diversos estudos realizados nas áreas da economia, da história, da antropologia.

Em educação, os estudos tendem a partir daquele reconhecimento como pressuposto inicial e, imediatamente, enveredam para a confirmação empírica voltada, sobretudo, para o exame das políticas públicas nessa área.

Se esse tipo de estudo mostra-se relevante para comprovar o pressuposto, partimos da necessidade de compreender os fatores constitutivos da gênese do clientelismo, como caminho para entendê-lo na sua forma atual, especialmente, sobre sua persistência e as suas diferentes formas de manifestação na vida do homem nordestino.

Com este percurso, nossa pretensão é captar o sentido educativo que toma o clientelismo na formação cultural desse

\* Texto preliminar e parcial de pesquisa em andamento, elaborada a partir da exposição feita no VII Encontro Regional de Pesquisa em Educação, realizado em Aracaju — Set. 1987.

\*\* Professoras do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba — JP.

homem e sua contribuição na sustentação da ordem econômica vigente no Nordeste.

O que precisa ganhar maior clareza neste estudo é a vinculação entre o clientelismo, enquanto ideologia, e a estrutura econômica que lhe dá origem e sustentação, a tal ponto que passa a integrar, como uma segunda natureza, a manifestação cultural da sociedade. E, neste momento, captar o modo como o clientelismo opera, educando diferentemente o homem e, particularmente, o homem nordestino: a uns para o exercício do privilégio e à maioria para a submissão. Uns e outros, a seu modo, fornecendo uma contribuição específica, reforçadora do padrão de desenvolvimento social vigente na região, mas todos identificados pela dependência ao favor.

## I — NA BUSCA DAS RAÍZES DO CLIENTELISMO

O Brasil e, em particular o Nordeste, nasce sob o signo do capitalismo mercantil e da religião católica quando, no limiar do século XVI, na rota das grandes navegações, Portugal instala, a partir da Bahia, o marco da sua dominação, celebrada com uma missa.

Os primórdios do nosso desenvolvimento eram definidos pela coroa portuguesa, de tal sorte que os empreendimentos comerciais “eram conduzidos pelo rei, herdeiro do Estado natriimonial, cercado pelo estamento que discutia razões e objeções”.<sup>1</sup>

É sabido que nesta fase do colonialismo tradicional a exploração comercial, no Brasil, apresentava uma posição peculiar. A colônia sofria repercussões decorrentes do fato de Portugal ser, apenas, um agente intermediário junto ao capitalismo europeu. Sofremos, portanto, os efeitos de sermos colonizados por um país, também, colonizado pelas regiões mais desenvolvidas da Europa.

Florentan Fernandes ilustra este fato pela produção do açúcar. O lucro retido pela colônia variava de 12 a 18% e o restante era repartido entre a coroa e os mercadores holandeses, estes ficando com as maiores vantagens, além de outras advindas da definição e comercialização do produto.<sup>2</sup>

O processo de subordinação capitalista das colônias era tão real que a independência defendida para o Brasil era aquela que mantivesse quase inalterada a economia e a própria organização social. E exatamente como o que estava em jogo eram os interesses capitalistas da época, a Inglaterra acabou por assumir a mediação entre Brasil e Portugal.

Nesse sentido, segundo Emília Viotti da Costa, o escravo não podia compreender os ideais do liberalismo para não pleitear a sua emancipação e a questão política, no interior do Brasil, nem sequer era compreendida e passava pela obediência do chefe local.<sup>3</sup>

Mas, as classes dominantes locais, nascidas da contradição com este capitalismo internacional de rapina, na fase de expansão do capitalismo no período colonial, passam a ter, no período imperialista, interesses coincidentes e são absolutamente necessários para a “nacionalização” do capital.

Do ponto de vista político, com a independência, a Monarquia Constitucional foi a solução ideal para limitar a participação popular que se estabelece numa sociedade com 1/3 da população escrava, com voto censitário e eleição indireta.

Chico de Oliveira coloca que a reprodução do capital e das relações de produção vão operar-se por formas diferenciadas internamente e distintas daquelas realizadas nos países centrais. São estas formas internamente diferenciadas, próprias à ação do capitalismo, que nos fazem superar a crença de que os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões decorrem de “desequilíbrios” regionais.<sup>4</sup>

Tal análise corresponde à interpretação de Hobsbawn acerca de Marx, quando diz que as diferentes formas de divisão do trabalho não significam, necessariamente, etapas históricas sucessivas.<sup>5</sup> Isto serve para compreender a possibilidade de convivência, num mesmo espaço histórico e nacional, de diferentes etapas de desenvolvimento, sem que isto configure qualquer tipo de desequilíbrio, mas a forma própria de desenvolvimento imposta a uma nação.

Referindo-se ao imperialismo, Chico de Oliveira salienta que, na sua face interna, ele apresenta tendência à homogeneização do espaço econômico. Situa os Estados Unidos como exemplo mais completo desta tendência, inclusive borrando a definição clássica de que o processo de reprodução do capital é desigual e combinado. Quanto à sua face externa, o imperialismo, “na maioria das vezes, não apenas se aproveita das diferenças regionais, como as cria para seu próprio proveito”.<sup>6</sup>

As diferenças regionais acabam se transformando em desigualdades regionais, compreendidas não como um produto da ação perversa da natureza, ou da superada visão que as atribuía à índole do povo, mas decorrentes de uma ação diferenciada dos agentes do capital. É por isto que é possível compreender, com Chico de Oliveira, que as regiões são ape-

nas espaços sócio-econômicos, onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais.<sup>7</sup>

Como interessa a este estudo explicar a manutenção e intensidade do fenômeno clientelista no Nordeste, cabe penetrar um pouco na compreensão relativa à constituição das regiões no Brasil, seu desenvolvimento desigual e a particularidade do desenvolvimento nordestino.

Chico de Oliveira observa que quase todo o século XIX e as primeiras décadas deste século vão assistir a constituição da região do café em oposição à região do açúcar. O imperialismo deslocava a apropriação e controle da produção do açúcar do Nordeste brasileiro para o Caribe, perdendo suas formas de realização no comércio internacional. Isto faz nascer um outro Nordeste: o algodoeiro-pecuário.

A burguesia açucareira perde o controle político da nação, como também o transfere, no Nordeste, para as mãos da classe latifundiária, que controlava a produção algodoeira-pecuária subordinada ao capital inglês e norte-americano.

O Nordeste açucareiro, que rumava para formas burguesas de produção e apropriação do valor, sucumbiu ao domínio da oligarquia algodoeira-pecuária, paralisando seu desenvolvimento até próximo aos anos 50. Para sobreviver, recriou mecanismos de uma acumulação primitiva e de relações pré-capitalistas, próprias do Nordeste algodoeiro-pecuário.

Enquanto isto, no Sul, se assistia, por volta dos anos 70, à transformação da região do café em "região" da indústria, cabendo ao Nordeste o fornecimento do exército industrial de reserva. O favorecimento oficial à industrialização vai inviabilizar, cada vez mais, a reprodução do capital do Nordeste.

O Nordeste agrário — não açucareiro — elevado à condição de hegemonia, com a revolução industrial, a demanda mundial de algodão, o desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra e Estados Unidos, transforma-se num imenso algodão.

Com esta atividade, a rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que seu domínio se restringe à esfera financeira de circulação da mercadoria algodão, deixando a produção aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas culturas de subsistência do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse

mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor, que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. Destaca-se aqui a ação das "três irmãs": SANBRA, CLAYTON, MACHINE COTTON, que mantêm o controle internacional do valor da mercadoria algodão.

O fazendeiro, ou "coronel", nesta situação e em sua ideologia, aparece como benfeitor. É ele que "dá" a terra para a produção. Sua apropriação ocorre pela partilha da produção algodoeira com o meeiro, sob a forma de sobreproduto, sob a forma de sobretrabalho caracterizado pelo "cambão", formas que escondem a renda da terra, porque, afinal de contas, a terra aparece como concessão do senhor. É ele que expropriará do camponês o produto, e não ainda sua força de trabalho; é ele, também, que, pela força e com seu exército de jagunços e cangaceiros, se apropriará das terras.\*

Com as considerações até aqui formuladas, quisemos destacar duas ordens de gestões: a primeira é de que o problema do Nordeste se resolve predominantemente fora da região. Está ligado à intervenção do capitalismo na sua forma mais recente, o imperialismo que, para se instalar, precisou destronar velhos coronéis e barões do açúcar do controle político da nação. Neste sentido os problemas colocados pelo Nordeste são menos problemas internos à região e mais problemas que se resolvem, ao seu modo, pelo capital.

Correspondendo a este tipo de análise, Ianni denuncia o equívoco que situa os antagonismos nas distinções culturais das diferentes regiões ou nações, observando:

"o que está em jogo não é a origem estrangeira ou nacional das formas culturais, ou formas de pensamento (mas) o jogo das relações e antagonismos de grupos e classes, no qual essas formas entram como forças sociais."<sup>8</sup>

O segundo destaque refere-se à eleição, pelo capital, do eixo Sul/Centro-Oeste, como pólos privilegiados para a industrialização. Para o Nordeste irá restar a ação planejada, forma de controlar os conflitos gerados pela e para a perpetuação da estrutura fundiária. A expansão do latifúndio será uma exigência vital para a manutenção do papel subordinado e atrasado que a economia nordestina desempenhará no

\* até aqui nos baseamos em Francisco de Oliveira, (17)

contexto do desenvolvimento nacional e internacional e, com ele, todas as formas de dominação para o estabelecimento das relações sociais necessárias à reprodução do capital na sua versão primitiva, que logrou ser a vencedora.

O que o Nordeste assiste a partir da Revolução de 30 — marco fundamental da definição do desenvolvimento nacional — é, portanto, a perpetuação e expansão do latifúndio, forma de sobrevivência da estrutura econômica. Sem industrialização para seus produtos principais (açúcar e algodão), vê-se na contingência de ser um mero fornecedor de matérias-primas e de mão-de-obra barata e, além disto, reduzido a formas de produção arcaicas e violentas, identificadas com formas pré-capitalistas de relações de produção e de geração de valor. Esta era, e continua sendo, a contribuição do Nordeste, o que não representa qualquer falta de sintonia com o tipo de desenvolvimento imposto à nação brasileira pela rapina do capital, para quem

“suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar as galinhas dos ovos de ouro.”<sup>9</sup>

Havia um excedente que devia ser drenado para fora que tornava desnecessário absorver o setor arcaico pelo setor moderno.

Ianni observa que as economias centrais, como são absorvedoras de grandes quantidades de mercadorias, para que elas se produzam nas colônias precisam

“atar o trabalho aos meios de produção. Ele (o escravo) não pode ser assalariado, porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse, transformando-se em trabalhador autônomo.”<sup>10</sup>

E, uma sociedade que se esforça por perpetuar relações de trabalho e relações sociais fundadas na dependência, superadas ao nível do próprio capitalismo, naturalmente acaba fortalecendo, eternizando e disseminando para toda a vida social — dada a persistência das manifestações culturais correspondentes àquelas relações — uma determinada educabilidade cuja marca é exatamente a dependência e seus desdobramentos.

O clientelismo aqui é compreendido não com algo anacrônico, mas como ideologia sintonizada e correspondente ao padrão capitalista vigente.

A atualidade do clientelismo e a possibilidade de sua revitalização constante estão inscritas na própria emergência da burguesia que

“domina, suprime ou incorpora forças sociais remanescentes do escravismo, do colonialismo e modificadas no caciquismo, gamonalismo, coronelismo, caudilhismo e outras manifestações sociais de base agrária que marca a política local, regional e nacional pelo século XX adentro.”<sup>11</sup>

Compreender melhor a trama por onde a ideologia clientelista é tecida, situando as características que adquire e que lhes dão as formas essenciais, é um passo que nos parece fundamental para a posterior identificação de alternativas de superação.

## II — CLIENTELISMO OU A ARTE DE ENGANAR O POVO

O clientelismo nasce da tradição herdada do coronelismo e persiste enquanto perdura a hegemonia social e política dos donos da terra, terreno mais propício para a sua realização. Todavia, a sua persistência garantiu uma difusão e manifestação tão duradoura — enquanto ideologia — tornando-o um fenômeno profundamente presente na vida urbana e, de certo modo, logrando uma certa autonomia em relação ao seu fator originário, isto é, a economia baseada na estrutura fundiária, e agindo ali, onde, supostamente, não é o seu lugar.

O fato de se recusar a ideologia, a visão de mundo, como fator determinante do desenvolvimento, isto não quer dizer que ela não logre uma eficiência histórica, ao atuar em ação recíproca com a economia, contribuindo para perpetuar ou modificar um determinado modo de produção. Sobre isto, convém lembrar as palavras de Gramsci, inspiradas em Marx, de que “uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante)”.<sup>12</sup>

No que se refere à ideologia clientelista, a característica que parece ser fundamental traduz uma força de convivência ou de relação social conforme sua origem, isto é, arcaica e atrasada. Seu sentido está no exercício do controle político:

manter e reduzir o homem à massa de manobra, seja através do voto, seja através da violência pura e simples, e, assim, assegurar a realização de interesses e privilégios pessoais.

Penetrando um pouco no modo como opera o clientelismo, tentando demarcar, preliminarmente, as características que nos parecem fundamentais na definição e descrição deste fenômeno, acreditamos que ficarão dadas condições iniciais para compreender o seu sentido educativo, ou melhor, deseducativo, porque atua contrariamente a qualquer perspectiva de emancipação humana.

Barbosa Lima Sobrinho afirma que é o desamparo, é a privação de todos os direitos e garantias que concorrem "para a continuação do coronelismo, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos".<sup>13</sup>

Essa condição de defensores naturais, apresentada pelo "Coronel", ou pelos "coronelistas" modernos, cria a figura da aplicação privada da justiça, cuja expressão mais brutal e violenta é a criação de exércitos de jagunços, encarregados de ações que envolvem crimes e assassinatos impunes. Esta é a outra característica desta prática denominada clientelismo: a impunidade, que se estende para inúmeros locais da vida social.

A "proteção" oferecida pelo coronel ou pelos "coronelistas", contudo, tem um preço que dá a marca de sua outra característica: a de suprimir o elo entre a população e os processos políticos mais gerais vividos pela sociedade. E, na medida em que proporciona direitos, assegura assistência, dá a terra, concentra poderes e distribui empregos, é razoável que o destinatário destas concessões (é assim que elas são compreendidas) seja portador de uma condição fundamental à fidelidade.

O retorno é, portanto, o reconhecimento pela doação recebida; paga com a renda da terra auferida sob a forma de sobretrabalho ou sobreproduto, ou com o dinheiro público — hoje forma mais usual. Tal fidelidade é reconhecida, modernamente, pelo voto, cujo objetivo não tem se alterado: a manutenção do poder para exercício de privilégios.

A ideologia do favor e a política da reciprocidade, outras características do clientelismo, resultam numa exacerbação do individualismo mais grosseiro, como se os problemas do homem, e, particularmente, do homem nordestino, decorressem de soluções particulares e egoístas, proporcionadas pelos sujeitos individuais: ora o coronel, ora o governador, ora o prefeito, ora o reitor. E é assim e, para isto, que tentam educar o homem, sem perspectiva do coletivo, do social en-

quanto sua sobrevivência e reprodução como força de trabalho é tratada como sendo concessão e ao preço da fome.

A ideologia clientelista, portanto, pode ser compreendida como uma ética especial, firmada no campo do personalismo da autoridade e da ausência de princípios, e que tem duas mãos. Uma, a que distribui privilégios entre os amigos, a outra que distribui a esmola e promove a assistência social. Ambas se unem na educação para a dependência e para a submissão.

A promoção da desigualdade até os limites mais indignos da existência humana é outra marca que distingue o clientelismo. Não há mérito, não há competência, não há lei que o regule, nem nos níveis colocados pelo próprio capitalismo. E, tal como observa Marx, a divisão da sociedade até o infinito, nas raças mais diversas

*"são tratadas pelos seus senhores, sem excessão, com algumas diferenças, como existências sujeitas às suas concessões. Até isto, até o fato de serem dominadas, governadas e possuídas tem que ser reconhecido e confessado por elas como uma concessão do céu."*<sup>14</sup>

Para viver neste submundo, onde é posta a maioria da população nordestina, a ideologia clientelista forja uma outra qualidade: a resignação, explorada e tratada como virtude, fonte inesgotável da religiosidade imposta ao povo que, de um lado, de fato acaba funcionando como mecanismo de sobrevivência — quando tudo o mais lhe é sonegado — por outro, traduz exatamente a perpetuação das condições miseráveis vividas pela população.

Nas palavras de um padre, eis a parte do "segredo" que contribui na formação da mentalidade submissa e desta cultura sitiada: "75% dos nossos campônios são católicos. Eis o segredo de sua admirável resistência ao sofrimento e à pobreza".<sup>15</sup>

E quando não se trata de resignação, a colaboração religiosa não deixa de mostrar uma outra faceta, para deixar tudo como está, via política de conciliação.<sup>16</sup>

Sem entrar na análise de méritos atribuídos à ação de setores progressistas da igreja, sobretudo da igreja católica, a religião, sem dúvida, cria, no povo, aquela felicidade ilusória e remete o homem para a etapa designada por Marx de

“etapa da infância da humanidade”, infância que, no Brasil, e particularmente no Nordeste, querem prolongar infinitamente.

Se alguns vivem da assistência à almas, outros vivem da assistência ao capital. Raimundo Moreira salienta que a industrialização do Sul e as respectivas medidas de proteção aduaneira obrigavam as regiões periféricas a comprar no Centro-Sul, operando com isto um poderoso mecanismo de proteção de renda. Esta tendência seria compensada pelas transferências feitas pelo setor público, cujo caráter assumido foi o assistencialismo.<sup>17</sup>

O assistencialismo, que domina a ação do Estado no Nordeste na realização das grandes políticas públicas, naturalmente repercute em cada mínima ação. O resultado é a ineficiência, a irresponsabilidade, o descompromisso com o social; é, em última instância, a predominância do privado sobre o público, levada às últimas conseqüências. A única fidelidade que prevalece é devotada àquele que promoveu a concessão: ou o emprego “público”, ou a licitação de preços “vitoriosa”, ou a função “gratificada”. São tantas as concessões quantas são as pessoas necessárias para manter intocado o exercício do poder.

É por isto que a nível daquilo que é dito público, a característica que se torna mais flagrante é a individualização, a personalização das concessões. Não há critérios, seja de justiça, seja de prioridade, seja de responsabilidade social.

Portanto, outra característica do clientelismo é que ele se torna o campo propício para o exercício da demagogia, do populismo. O componente assistencialista dá o tom da ausência de uma política e de ações capazes de criar as possibilidades de a região e de seus homens caminharem por suas próprias pernas, funcionando como trava ao desenvolvimento e à emancipação humana.

Naquela vertente em que o clientelismo abriga, a seu modo, os miseráveis da terra e é, ele mesmo, um reflexo da injusta distribuição de renda, verifica-se o desenvolvimento de uma mentalidade profundamente prática e imediata. Quanto aos camponeses, Antônio Callado observa que

“só parecem seguir aqueles que se dispõem a encaminhá-los a objetivos práticos e imediatos, como o de se organizarem em sindicatos para reclamar salários mais altos. Padre ou comunista, o que os camponeses querem é a liderança da gente prática e que lhes melhore as condições de vida. Querem auxílio; não querem conversa.”<sup>18</sup>

A situação de miséria imposta à população, se de um lado a impulsiona irremediavelmente para a busca de soluções imediatas, como forma de garantir sua mera sobrevivência, por outro lado é mais um elo da cadeia que reforça o assistencialismo, o clientelismo. Para sobreviver não é possível esperar uma política social sempre prometida, mas sistematicamente adiada, ou, quando aparece, é convertida em política privada, como ocorre com a indústria da seca.

A angústia de viver uma vida cujo sentido reside, essencialmente, na luta incessante e dolorosa, de forma que assegure a mera sobrevivência e reprodução, produz, perversamente, a durabilidade do clientelismo, no sentido prático que lhe é inerente. Lutas mais globais, a transformação estrutural são inviabilizadas e inviabilizada a possibilidade de construção da própria perspectiva de futuro.

O clientelismo, na medida em que reproduz, sob nova forma, relação semelhante àquela vivida entre escravo-senhor, reflete também suas conseqüências. Vale o registro de Ianni sobre a questão escrava, onde o escravo

“não dispunha de elementos para organizar uma inteligência política da sua alienação e possibilidades de luta. Por isto, na relação escravo-senhor, o antagonismo nunca se desdobra na luta propriamente revolucionária.”<sup>19</sup>

É razoável, portanto, que nas lutas camponesas e no encaminhamento das lutas do conjunto da classe trabalhadora no Nordeste incida-se na definição equivocada do adversário.

Referindo-se aos movimentos no campo, Ianni constata que os camponeses não põem em causa o Estado, nem para reformá-lo, muito menos para destruí-lo e, em suas lutas, definem o adversário como sendo o latifúndio e não o capital.<sup>20</sup>

Se, até aqui, reforçamos as características da vida social que afirmam e reforçam a mentalidade e a prática clientelísticas, isto não quer dizer que, paralelamente a este movimento, não surjam manifestações de resistência política. Os esforços para manter a cultura e a vida do homem no Nordeste em permanente estado de sítio criam, também, o seu avesso.

Para Ianni, as comunidades, na medida em que são incorporadas, submetidas ou dominadas, também “lutam, reforçam seu patrimônio cultural, recriam valores e padrões culturais”.<sup>21</sup>

É comum, hoje, nos encontros sindicais, a conclusão de que a política governamental de combate às secas conduziu apenas ao fortalecimento da estrutura de uso e posse da terra existente na região, favorecendo o grande proprietário e aumentando a concentração da propriedade fundiária.<sup>22</sup>

Estas e outras formas de resistência têm sido desenvolvidas. Todavia, não é nosso objetivo enumerá-las, nem examiná-las. Nossa preocupação incide sobre as formas afirmadoras, desencadeadas ideologicamente, para perpetuar o padrão de desenvolvimento social e acumulação da riqueza, em curso no Nordeste.

Nessa perspectiva, interessa destacar dois outros aspectos culturais e ideológicos, muito presentes na região e que remetem as relações sociais para padrões também arcaicos, ao aprofundarem o fosso das desigualdades sociais reais. O problema não está na inexistência ou negação da desigualdade, mas no fato de que ela é justificada como se fosse uma ordem natural, sem sustentação na estrutura econômica vigente.

Observa-se na ideologia incorporada pelo senso comum situação semelhante àquela denunciada por Gramsci, quando tratava da questão meridional italiana. Diz ele que a ideologia difundida pelos propagandistas da burguesia considerava que eram os meridionais que impediam o progresso mais rápido do desenvolvimento civil da Itália, ao difundir que

“os meridionais são seres inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o *mezzogiorno* é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez dos meridionais plôntron incapazes, criminosos, bárbaros...”<sup>23</sup>

Tomando esta denúncia e associando-a à advertência de Ianni, o exame da situação fica ainda mais claro. Diz ele que

“o que está em jogo não é a origem estrangeira ou nacional das formas culturais, ou formas de pensamento (mas) o jogo das relações e antagonismos de grupos e classes, no qual essas forças entram como forças sociais.”<sup>24</sup>

Levando em conta que o clientelismo é uma subcultura imposta para perpetuar relações sociais de dominação, de características nitidamente primitivas e superadas no interior

do próprio capitalismo, não há dúvida sobre o caráter nefasto oriundo daquela crença que atribui à natureza a responsabilidade do subdesenvolvimento, tal como Gramsci advertia.

Nessa ótica, a natureza seria pródiga, no caso brasileiro entre os homens do Sul e mesquinha para os homens nortescinos. Salvaguardada a perversidade do capitalismo imposto à nação brasileira, soma-se ainda o equívoco que divide regionalmente as formas culturais ou de pensamento. Ora ao Sul, ora ao estrangeiro, ora à natureza, são atribuídas qualificações que preservam o modo de produção da determinação principal quanto à distribuição das riquezas e bens culturais, como se o capitalismo, ou a exigência da igualdade, tivesse pátria.

É, como diria Gramsci, este hábito de hipocrisia refinada e esta refinadíssima arte de enganar o povo e domesticar as massas que, quanto ao clientelismo no Nordeste, precisa ser desvelada em todas as repercussões que provoca sobre a mentalidade popular. E já se sabe que a dissolução de velhas idéias dependem da dissolução de antigas condições de existência.

O clientelismo, enquanto ideologia, é compreendido aqui como manifestação fortemente ativa, cujo sentido de sua existência, permanência e difusão se inscreve na manutenção da estrutura fundiária prevaiente no Nordeste — o latifúndio — e, conseqüentemente, na resistência à implantação dos modos de operar, próprios do capitalismo: a competição e a competência. Basta a lealdade para a sua sobrevivência.

A compreensão que temos do clientelismo corresponde à ação ativa por ele exercida na determinação das características assumidas pelo capitalismo no Nordeste, tal como esclarecia Engels de que

“o desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, histórico artístico etc. assenta-se sobre o desenvolvimento econômico mas reagindo uns sobre os outros e sobre a própria base econômica. Isto não se passa devido a situação econômica ser a causa, a única causa ativa e todo o resto exercer apenas uma ação passiva. Pelo contrário, trata-se de uma ação recíproca com base na necessidade econômica, que, em última instância, vence sempre.”<sup>25</sup>

Tal posição é consoante aquela preocupação de que a história da humanidade não pode ser compreendida fora da história da indústria e da troca. Para este estudo, naturalmente

esta relação fica apenas indicada, carecendo de análises mais profundas que demonstrem, mais efetivamente, a relação entre a “história da humanidade nordestina”, sustentada pelo clientelismo e a história do modo de produção, de um modo de produção — o capitalismo — que já se sabe, lança sobre o Nordeste toda a sua perversidade e usura.

Com esta investigação aqui delineada pretendemos contribuir para a construção do inventário sobre a vida cultural nordestina e, deste modo, perceber melhor por onde passa a luta por um futuro onde prevaleça a justiça e a igualdade entre os homens.

### III — NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. s.n.t., p. 53.
2. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais*. s.n.t., p. 14.
3. COSTA, Emília Viotti. In: *Brasil em Perspectiva*. s.n.t., p. 115.
4. In: OLIVEIRA, Francisco. *Elegia Para Uma Re(li)gião*.
5. MARX, K. e HOBSBAWN, Eric. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. ver p. 37.
6. OLIVEIRA, Francisco. *Op. cit.*, p. 27.
7. *Idem*, p. 27.
8. IANNI, Octávio. *Revolução e Cultura*, p. 65.
9. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. s.n.t., p. 237.
10. IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. s.n.t., p. 5.
11. IANNI, Octávio. *Classe e Nação*. s.n.t., p. 9.
12. GRAMSCI, *Concepção Dialética da História*. s.n.t., p. 63.
13. In: NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. p. XVI.
14. MARX, Karl. “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”. In: *A Questão Judaica*. s.n.t., p. 109.
15. Padre Antônio d’Almeida Júnior. In: *Nunes Leal, Victor*. s.n.t., p. 25.
16. Ver IANNI, Octávio. *Classe e Nação*, p. 21.
17. In: *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*, p. 36.
18. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. p. 76, (sobre o assunto também encontramos referência no livro *Crise Regional e Planejamento* de Amélia COHN, p. 50, e no artigo de Vanilda PAIVA: “Pedagogia e Luta Social no Campo Paraibano”, *Educação e Sociedade* 5, 18(1984).
19. IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. s.n.t., p. 35.
20. *Idem*, *Classe e Nação*, ver p. 97 a 103.
21. *Idem*, *Revolução e Cultura*, p. 36.
22. COELHO, Jorge. *As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas*. s.n.t., ver p. 40.

23. GRAMSCI, Antônio. *Alguns Temas Sobre a Questão Meridional*. s.n.t., p. 32.
24. IANNI, Octávio. *Revolução e Cultura*. s.n.t., p. 65.
25. ENGELS, F. “Carta a Heins Starkenburg”. In: *Marx/Engels, Sobre Literatura e Arte*. s.n.t., p. 19.

### IV — BIBLIOGRAFIA CITADA

1. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
2. COELHO, Jorge. *As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas*. Petrópolis, Vozes, 1985.
3. COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo, Perspectiva e Secr. da Cultura, Ciências e Tecnologia, 1976.
4. COSTA, Emília Viotti. In: *Brasil em Perspectiva* — Carlos Guilherme Mota, São Paulo, Perspectiva, 1974.
5. ENGELS, F. “Carta a Heins Starkenburg”, In: *Marx/Engels. Sobre Literatura e Arte*, São Paulo, Global, 1979.
6. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1977.
7. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
8. ————. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
9. GRAMSCI, Antônio. “Alguns Temas Sobre a Questão Meridional”. In: *Temas de Ciências Humanas*. 1, (1977).
10. IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
11. ————. *Classe e Nação*. Petrópolis, Vozes, 1986.
12. ————. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
13. MARX, K. e HOBSBAWN, E. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
14. ————. “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”. In: *A Questão Judaica*. S/L, Moraes, S/D.
15. MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
16. NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
17. OLIVEIRA, Francisco. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
18. PAIVA, Vanilda. “Pedagogia e Luta Social no Campo Paraibano”. In: *Educação e Sociedade* 5, 18(1984).